

“O MOVIMENTO NÃO FOI EM VÃO”: NARRATIVAS DE ESTUDANTES PARTICIPANTES DO MOVIMENTO DE OCUPAÇÕES UNIVERSITÁRIAS DE 2016

“THE MOVEMENT WAS NOT IN VAIN”: NARRATIVES OF STUDENT PARTICIPANTS IN THE 2016 UNIVERSITY OCCUPATION MOVEMENT

“EL MOVIMIENTO NO FUE EN VANO”: NARRATIVAS DE ESTUDIANTES PARTICIPANTES EN EL MOVIMIENTO DE OCUPACIÓN UNIVERSITARIA DE 2016

OLIVEIRA, Fernanda de Lima¹

FEITOSA, Raphael Alves²

Resumo

O movimento estudantil brasileiro, tanto no que tange ao secundarista como no universitário, pode ser visto como agente relevante de contestação e de vanguarda em busca de modificações educacionais e sociais. Notadamente, um dos grandes aspectos que mereceu destaque nacional foram os movimentos de ocupação estudantil nas instituições de ensino, escolas secundaristas e universidades, ocorridos nos anos de 2015 e 2016. Assim, o presente manuscrito visa analisar as contribuições do movimento de ocupação estudantil, ocorrido em 2016 na Universidade Federal do Ceará (UFC), para seus partícipes, a partir da visão de seus próprios integrantes. Como método, foi utilizada a narrativa de experiências do vivido, através de análises de entrevistas feitas com ex-alunos participantes das ocupações de 2016. As entrevistas obtidas foram transcritas e submetidas à análise de dados com base na Hermenêutica Objetiva, um método analítico utilizado para a investigação das interações sociais. As reflexões desse estudo indicam que apesar de serem construídas em um mesmo contexto, há uma visão singular e uma experiência única de cada estudante, que se somam a uma proposta de luta coletiva. Os relatos aqui explicitados afirmam o impacto que o movimento obteve sobre a comunidade acadêmica, as instituições ocupadas, os

1 Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, CE, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1934-4834>. e-mail: fernandalimaoliver02@gmail.com.

2 Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, CE, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3008-3508>. e-mail: raphael.feitosa@ufc.br.

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2024.79754

governantes vigentes e, principalmente, na inter-relação entre o individual estudantil e o coletivo do movimento dessas juventudes.

Palavras-chave: Primavera estudantil; Hermenêutica objetiva; Narrativas estudantis.

Abstract

The Brazilian student movement, both in the secondary and university spheres, can be seen as a relevant agent of dissent and a vanguard in the pursuit of educational and social changes. Notably, one of the significant aspects that garnered national attention was the student occupation movements in educational institutions, secondary schools, and universities, which took place in the years 2015 and 2016. Thus, this manuscript aims to analyze the contributions of the student occupation movement that occurred in 2016 at the Federal University of Ceará (UFC) from the perspective of its participants. As a method, the narrative of lived experiences was used, through the analysis of interviews conducted with former student participants in the 2016 occupations. The interviews obtained were transcribed and subjected to data analysis based on Objective Hermeneutics, an analytical method used for the investigation of social interactions. The reflections from this study indicate that, despite being constructed in the same context, there is a unique vision and individual experience of each student, which contributes to a collective struggle proposal. The accounts presented here affirm the impact that the movement had on the academic community, the occupied institutions, the governing authorities, and, especially, on the interrelation between the individual students and the collective movement of these youth.

Keywords: Student Spring; Objective Hermeneutics; Student Narratives.

Resumen

El movimiento estudiantil brasileño, tanto en el ámbito secundario como universitario, puede ser visto como un agente relevante de protesta y vanguardia en busca de cambios educativos y sociales. En particular, uno de los aspectos más destacados a nivel nacional fueron los movimientos de ocupación estudiantil en instituciones educativas, escuelas secundarias y universidades, que tuvieron lugar en los años 2015 y 2016. Por lo tanto, este manuscrito tiene como objetivo analizar las contribuciones del movimiento de ocupación estudiantil que tuvo lugar en 2016 en la Universidad Federal de Ceará (UFC), desde la perspectiva de sus participantes. Como método, se utilizó la narrativa de experiencias vividas, a través del análisis de entrevistas realizadas con ex alumnos que participaron en las ocupaciones de 2016. Las entrevistas obtenidas fueron transcritas y sometidas a un análisis de datos basado en la Hermenéutica Objetiva, un método analítico utilizado para la investigación de las interacciones sociales. Las reflexiones de este estudio indican que, a pesar de

haberse desarrollado en el mismo contexto, cada estudiante tiene una visión singular y una experiencia única, que se suman a una propuesta de lucha colectiva. Los relatos aquí presentados confirman el impacto que el movimiento tuvo en la comunidad académica, las instituciones ocupadas, los gobernantes vigentes y, sobre todo, en la interrelación entre el estudiante individual y el colectivo del movimiento de estos jóvenes.

Palabras-clave: Primavera estudiantil; Hermenéutica objetiva; Narrativas estudiantiles.

Introdução

O movimento estudantil brasileiro, tanto no que se refere ao secundarista como no universitário, pode ser visto como agente relevante de contestação e de vanguarda em busca de modificações educacionais e sociais (BARBOSA, 2008; BENEVIDES, 2006; PINHEIRO, 2017; PIOLLI *et al.*, 2016; UBES, 2017). O movimento possui diversidade ideológica, de intencionalidade e de organização, sendo um dos pontos primordiais das ações das juventudes após a Segunda Guerra Mundial.

Historicamente, em território nacional, o movimento estudantil organizado surgiu nos anos 30, ganhando força na década de 60, mediante a sua resistência em meio ao contexto antidemocrático nas duas décadas de instauração da ditadura militar brasileira (de 1964 a 1985) (UBES, 2017). Entretanto, como indicam Barbosa (2008) e Benevides (2006), as duas últimas décadas desencadearam uma desarticulação no movimento estudantil a nível nacional.

Diante desse quadro, torna-se relevante pesquisar aspectos e ações pedagógicas ligadas ao movimento estudantil. Notadamente, um dos grandes aspectos que mereceu destaque nacional foram os movimentos de ocupação estudantil nas instituições de ensino, escolas secundaristas e universidades, ocorridos nos anos de 2015 e 2016. Tais movimentos tiveram seu ponto de partida em 2015 na capital paulista, em meio a protestos que pediam a revogação de uma proposta de reorganização escolar encaminhada durante o governo estadual de Geraldo Alckmin (PSDB), a qual geraria o fechamento de algumas escolas da rede pública e, conseqüentemente, a realocação de alunos e educadores (HONORATO, 2019a, 2019b; PEÇANHA; ALMEIDA, 2018; PINHEIRO, 2017; SILVA; PIRES; PEREIRA, 2016; UBES, 2017).

Pouco a pouco, o movimento de ocupação se expandiu para outros estados brasileiros, reunindo novas demandas locais e nacionais, sobretudo, em oposição à Proposta de Lei que propunha uma modificação na organização da educação básica, o chamado Novo Ensino Médio (BRASIL, 2017) e de uma Proposta de Emenda Constitucional que limita o investimento dos gastos

públicos nas áreas prioritárias por 20 anos (BRASIL, 2016)¹. O mesmo escopo de reivindicações também chegou ao ensino superior, quando algumas universidades foram ocupadas no Brasil no ano de 2016 (ARAGÃO *et al.*, 2019; BARBOSA, 2008; GROppo *et al.*, 2017; HONORATO, 2019b; MORAIS, 2018, PIOLLI *et al.*, 2016). O tema vem sendo estudado por alguns investigadores chamado de pedagogia ou política das ocupações (CORTI; CORROCHANO; E SILVA, 2017; HONORATO, 2019a, 2019b), ou de Primavera estudantil (SILVA; PIRES; PEREIRA, 2016).

Em recente levantamento sobre o tema, Oliveira e Feitosa (2023) destacaram que o assunto vem ganhando espaço na academia, uma vez que a temática possui vinte e cinco artigos publicados em periódicos nos últimos sete anos. Contudo, atestam os autores, esse quantitativo aborda, basicamente, experiências advindas de escolas do nível básico de ensino do eixo Sul-Sudeste do país, carecendo de investigações sobre vivências oriundas do ensino superior, sobretudo, nas outras regiões brasileiras.

Mediante essa contextualização histórica, mesmo considerando que o tema das ocupações tem sido foco de algumas pesquisas acadêmicas, como exposto nos parágrafos anteriores, o assunto ainda carece de investigações mais detalhadas sobre as suas contribuições, em especial no que tange às ocupações no ensino superior (HONORATO, 2019a, 2019b). Assim, o presente manuscrito visa analisar as contribuições do movimento de ocupação estudantil, ocorrido em 2016 na Universidade Federal do Ceará (UFC), para seus partícipes, a partir da visão de seus próprios integrantes.

Para objetivar tal meta, o artigo foi organizado com a explicitação dos aspectos metodológicos, no qual foi feita uma abordagem de cunho narrativo e hermenêutico, seguido da exposição dos resultados da investigação, abarcando as experiências dos narradores durante a ocupação no ensino superior. Espera-se colaborar para a compreensão do tema, em diálogo com outras publicações relacionadas ao assunto, buscando ampliar os olhares sobre o movimento estudantil.

Percurso Metodológico

O estudo a seguir tem como base a construção de uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que segue o paradigma descritivo e interpretativo de fenômenos educativos e sociais (GODOY, 1995). Segundo Godoy (1995, p. 58), a pesquisa qualitativa visa a "[...] obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada", na qual o pesquisador busca compreender os fenômenos

1 Apesar dos protestos populares, ambos os projetos legislativos foram aprovados pelo Congresso Nacional, após votação favorável na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

através da visão dos sujeitos participantes da situação a ser estudada. Na pesquisa qualitativa, como destacado por Silva *et al.* (2006), a forte interação entre pesquisador e pesquisado na contextualização de experiência, sentidos e fenômenos, as entrevistas se apresentam como uma ótima alternativa para as investigações educativas devido a obtenção de informações diretas dos sujeitos entrevistados.

Nesta linha, foi utilizada a metodologia de narrativa de experiências do vivido, através de análises de entrevistas feitas com ex-alunos participantes das ocupações de 2016. A narrativa de experiência pode ser vista como um método de recapitulação de experiências passadas combinando uma sequência verbal do sujeito narrador com a sequência de eventos ocorridos. Para Lima, Geraldi e Geraldi (2015), esse tipo de narrativa apresenta a vantagem de resguardar os sujeitos envolvidos de terem e seus relatos corrompidos por pesquisas formativas.

Os dados deste estudo foram obtidos através da análise de conversas que giraram em torno dos relatos, nos moldes de entrevistas abertas (SILVA *et al.*, 2006), feitas com ex-alunos participantes do Movimento de Ocupações ocorridos em 2016 no Departamento de Biologia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ao todo, foram feitos quatro encontros, um com cada ex-aluno participante, realizados entre os meses de dezembro de 2021 e julho de 2022. Os narradores receberão ao longo da exposição que se segue os códigos 01, 02, 03 e 04, visando manter seu anonimato.

A origem da proposta se deu dentro das ações do Laboratório de Pesquisa em Ensino de Biologia - LEBIO, da UFC, por meio das chamadas “Ipeconversas”, uma série de encontros virtuais síncronos realizados com cada um dos narradores, um mediador e o público, através da Plataforma *Google Meet*. Os encontros foram divulgados nas redes sociais do LEBIO, gravados com a permissão de seus narradores e disponibilizados por meio do canal do Youtube do LEBIO², permitindo a visualização assíncrona do material pelo público interessado. Uma sequência de perguntas foi previamente estabelecida para o roteiro da Ipeconversa, contendo indagações geradoras de diálogo acerca do movimento e das suas origens, sobre as atividades estudantis realizadas durante a ocupação e os seus impactos na vida de cada um dos narradores.

Ainda com o consentimento dos participantes, as entrevistas gravadas foram, posteriormente, transcritas para a análise. Desse modo, o material narrativo transcrito foi a fonte principal dos dados aqui analisados, somados à literatura consultada do tema. Assim, esta pesquisa considerou a fala dos informantes como a narrativa oral a ser analisada (LIMA; GERALDI; GERALDI, 2015). Ressalte-se que, para buscar uma maior fidedignidade aos discursos orais

2 Disponível em: <https://www.youtube.com/@lebioufc5947>

narrativos, foram consideradas as marcas de oralidade dos narradores, respeitando a sua entonação e informalidade da fala.

Após a transcrição, os textos obtidos foram submetidos à análise de dados com base na Hermenêutica Objetiva, um método analítico utilizado para a investigação das interações sociais em seu sentido mais profundo, sendo fiel às falas e aos fatos registrados (MAYRING, 2002). Dentro da educação, o método traz uma compreensão de processos e fenômenos educacionais e de seus impactos na individualidade dos sujeitos participantes (REIS; SARAIVA, 2019; VIEIRA, 2019). O principal objetivo da Hermenêutica Objetiva está em encontrar padrões gerais e objetivos dentro de relatos individuais, inseridos em um contexto de interações sociais (MAYRING, 2002).

Seguindo a proposta deste tipo de ferramenta analítica, partimos inicialmente de uma análise preliminar do material, buscando pelas condições contextuais gerais do material, realizado após a transcrição obtida nas Ipeconversas. Seguindo-se, passamos a uma análise sequencial detalhada do material, buscando pelos *interactos*, isto é, atos/discursos relacionados um ao outro e analisados em sequência, realizando comparações entre os discursos a fim de encontrar padrões gerais de repetição nas respostas dos narradores, visando compreender suas relações com o Movimento das Ocupações de 2016 e auto-organização dos estudantes. Por fim, foi feita a etapa de generalização estrutural, na qual buscamos, dentro dos padrões de repetição obtidos nos textos transcritos, os agrupamentos categóricos de organização dos discursos dos ocupantes, com base na intencionalidade contextual do sentido dos discursos. Desta feita, a seguir, apresentamos os resultados principais da investigação.

Resultados e Discussão

Seguindo a trilha da Hermenêutica Objetiva, os resultados apontam para algumas contribuições do movimento estudantil de ocupação, segundo as narrativas de seus integrantes. Para a exposição dos resultados, apresentamos, adiante, os seguintes agrupamentos categoriais, obtidos a partir da etapa de generalização de nossa hermenêutica objetiva: Da insatisfação à ocupação; Auto-organização do movimento; e Contribuições formativas para seus ocupantes.

Da insatisfação à ocupação

Segundo o que indicaram os dados advindos das narrativas dos Estudantes 01, 02, 03 e 04, quatro dos participantes das ocupações no Departamento de Biologia da Universidade Federal do Ceará em 2016, o movimento foi gestado dentro de um contexto que se iniciou com a insatisfação do alunado sobre questões ligadas ao financiamento das universidades e de políticas públicas

voltadas à educação. Os excertos abaixo evidenciam que a insatisfação dos estudantes os levou a tomar a atitude de ocupar a universidade:

"Foi uma iniciativa que em 2016 foi protagonizada por estudantes de ensino superior, contudo ela não surge conosco [...]. Em 2015, os estudantes do ensino médio em São Paulo tendo em vista os cortes, os ataques, os desmontes da educação do governo estadual sobre o ensino básico [...] resolveram se utilizar de ações diretas no âmbito das ocupações das escolas para que suas demandas fossem atendidas, que fossem pelo menos ouvidos. [...] Então surge o que na época era o PEC 241. Que foi a PL do teto de gastos, que hoje é a Emenda constitucional 95 que foi o estopim que fez a gente entender que a proposta de congelar os gastos em educação, saúde e segurança por vinte anos era incabível, esdrúxula e absurda para o cenário em que a população brasileira vinha vivendo. [...] Então, a gente chega nesse lugar, nesse momento dizendo que essa PEC vai destruir tudo que a gente entende, pois, naquela época o orçamento naquela época já não era suficiente comparando as demandas de estrutura e a economia do país. [...] Então acho que o importante é isso, a motivação central para que a gente resolvesse ocupar as universidades foi uma demanda nacional. [...]" (Estudante 01).

"Eu acho que essa é das perguntas a mais difícil, porque você precisa mobilizar uma série de elementos para entender o que foi aquela grande convulsão social que aconteceu em diversos estados brasileiros, com tomadas dos espaços universitários por estudantes. É preciso, no primeiro aspecto, mobilizar o caráter contextual político- social em que o país vivia, e aí por isso o elemento de olhar para um contexto pós-golpe pode ser futuro da dinâmica democrática é algo que deve nos interessar, porque a ascensão do governo Temer [...] traz consigo a mobilização de uma série de antigas políticas não legitimados pelo voto popular e que isso está tanto, por outro lado uma ampla dinâmica de represália a essa agenda política, que passa a circular com maior força na esfera pública. Então você tem no campo da educação uma maior investida em cortes orçamentários, [...] a retomada de circulação e debate público sobre o projeto de escola sem partido, você tem no campo da cultura a destituição do ministério da cultura, [...], a instalação de um projeto político de país que não tinha sido projeto ao fim das contas votado legitimado a população. Isso causou é um chamado público dos diversos segmentos sobre a #ocupatudo em que os mais diversos espaços do Governo e da cidade passaram a ser objeto de questionamento." (Estudante 02)

"Eu lembro que inicialmente na época, tinham duas pautas principais em foco, propostas pelo Governo Federal: a PEC 241, que foi e está sendo o congelamento de investimentos públicos, e reforma do Ensino Médio. E quando analisava essas duas propostas de maneira pouco democrática e superficial, não dá nem para dizer

superficial, porque os textos de legislação não são feitos para a população entender, a gente parte desse princípio. Tanto que, um dos pontos mais fortes e que eu gostava bastante dentro das ocupações eram as conversas formativas. Então, começou de maneira superficial, indo apenas para apoiar a galera e ajudar. E quanto mais eu ia me aprofundando e entendendo mais do que se tratava, de fato tornou-se uma luta individual e coletiva para mim. Então, as ocupações e a ocupação do Departamento de Biologia tornou-se um *‘Eu estou aqui lutando para que não só eu tenha direito ao que estou usufruindo, mas que para as próximas pessoas que vierem após eu, também tenham o mesmo direito’*. Então, para mim esse é o simbolismo das ocupações como um todo.” (Estudante 03).

“[...] foi um símbolo da independência estudantil. Foi muito especial participar de um momento onde os estudantes realmente tomaram a frente para reivindicar seus direitos. O sentimento que eu tive participando desde o momento que foi convocada a assembleia foi muito interessante, porque tinha todo um contexto político por trás. [...] Então, foi um choque para mim ver como os estudantes estavam não só interessados na pauta política, como também estavam atuando nela diretamente. A minha visão foi de ser um momento muito especial e muito importante para o movimento estudantil como um todo.” (Estudante 04).

As indicações das narrativas acima vão ao encontro da literatura sobre o tema (OLIVEIRA; FEITOSA, 2023; SILVA; PIRES; PEREIRA, 2016), destacando a atuação do alunado no processo. Sobre isso, Pinheiro (2017) expõe que à medida que o cenário político brasileiro nos meses anteriores às ocupações ia se agravando, a pauta das reivindicações dos estudantes ia se ampliando.

O início do movimento de ocupações estudantis deu-se ainda no ano de 2015, na cidade de São Paulo. As políticas públicas para a educação do então governador do estado (Geraldo Alckmin - PSDB), que propunha uma nova reorganização escolar, conseqüentemente, acarretando o fechamento de escolas da rede pública do estado de São Paulo e o realocamento de alunos e professores (PIOLLI *et al.*, 2016), foi o motivo inicial para os protestos e ocupações que, posteriormente, viriam a ser conhecidos como “Primavera Estudantil”. No ano de 2016, o movimento expandiu-se para outras regiões do país, além de não mais se restringir à educação básica, ganhando novas motivações, como a Reforma do Ensino Médio e a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 241/2016. Assim, os excertos acima evidenciam que a insatisfação do alunado com a “proposta de congelar os gastos em educação” foi o elemento central da pauta dos ocupantes.

Apesar de seu início em 2015 com os estudantes da educação básica no estado de São Paulo, a partir de 2016, as ocupações estudantis ganharam pautas nacionais e se expandiram para

outras esferas da educação brasileira. Tal perspectiva pode ser vista, a seguir, nas narrativas dos Estudantes 01 e 04. Para além disso, segundo os narradores, o crescimento do movimento de ocupações apontou as próprias demandas locais dos espaços ocupados, sobretudo das universidades.

“Ambos tinham demandas locais, específicas, às vezes os cursos propriamente tinham demandas para sua coordenação para o departamento. Mas de maneira geral o objetivo maior era esse, barrar a PEC, mas a gente não atendeu, e tínhamos muitas demandas. A maioria das universidades sobre as questões de assistência estudantil sobre as questões dos ônibus, mais especificamente do deslocamento entre os campi para os cursos que têm disciplinas em mais de um campi. Os cursos da saúde que possuem disciplinas no Pici, na química, na biologia, por exemplo. A própria biologia que tem disciplina no Pici, no Porangabussu obrigatoriamente, tem disciplina optativa no Labomar, na Faculdade de Educação (FACED) [...] E queríamos que isso fosse assegurado e também. Outras demandas de assistência estudantil como questões de ampliação de horários tanto dos ônibus mas também da segurança, em termos de iluminação nos campi, sobretudo no Pici e Porangabussu, que são campi que as pessoas têm aulas e atividades acadêmicas a noite e que a gente sabe, quem estuda no Pici e porangabussu sabe como é essa questão, sobretudo quando tratamos da segurança de determinados sujeitos que são marginalizados socialmente que são as mulheres, LGBT’s e pessoas negras. Então entende-se que esse debate de segurança perpassa pelas vidas das pessoas cem por cento. Outra demanda da assistência estudantil, sobretudo das mulheres, foi sobre as creches para que as estudantes que são mães consigam concluir seu curso de graduação tendo um auxílio da UFC em termos de cuidado com seus filhos e filhas. Tinham essas demandas locais, e em termos de universidade tinham as demandas dos cursos em termos de melhor estrutura e de espaço. Na biologia, tinha a demanda de um espaço para socialização mais amplo que surgisse para o DA que é uma sala pequena, uma sala importantíssima que sempre reivindicamos muito, nosso QG da ocupação. [...] a gente foi tendo essas demandas por sociabilidade e tínhamos nossas demandas em termos pedagógicos que queríamos outras coisas e demandas pela nosso aumento da quantidade da aula de campo porque entendemos que o campus é um espaço de formação essencial para nossa profissão seja independente de sermos biólogos de laboratório ou de campo, ou da sala de aula, é importante ter essa dimensão maior, enfim. O aumento dos auxílios, isso também foi uma demanda que sempre surgiu, das bolsas, da quantidade e do valor das bolsas, inclusive das ofertadas pela própria UFC, como as monitórias, mas também as de iniciação científica e iniciação a tecnologia ofertadas pela capes, pelo CNPq. Então isso também sempre foi aí uma demanda tanto local como nacional e essas pautas surgiram e também aquelas pautas que eram efervescentes,

ainda são, e tem ganhado mais espaço, que são as pautas e debates sobre entendermos as identidades e pluralidades da universidade entendendo que ela tem-se forjado, tem criado uma nova cara, um novo sujeito universitário, sobretudo depois da política de cotas que foi implementada em 2012 para acesso às universidades, que inclusive ano que vem está aí para ser reavaliada, esperamos aí muitos enfrentamentos nesse processo de avaliação de dez anos da política de cotas. É, foi muita luta aí para a gente viver. Então é isso, acho que essas demandas foram as centrais, uma coisa outra que vai aparecendo que talvez não lembre agora, mas acho que as centrais foram essas demandas mesmo. Um conjunto de reivindicações já antigas do movimento estudantil que já estamos cansados de reivindicar como a gente ainda não conquistamos continuamos reivindicando [...]” (Estudante 01).

“[...] internamente também tínhamos algumas reivindicações, por exemplo, melhoria nas refeições do RU, gratuidade no RU para os estudantes da residência universitária; eles já tinham desconto na época, mas acho que era só para o almoço. Também tiveram algumas questões do intracampus e do intercampi, antes ele só rodava de meia em meia hora e depois passou a rodar de uma em uma hora. Então, querendo ou não, a universidade ainda é uma coisa muito elitizada; para o estudante que precisava se locomover entre campi, era muito complicado, e isso estava dentro das reivindicações [...]” (Estudante 04).

Segundo o conteúdo dos excertos das narrativas acima, os Estudantes 01 e 04 apontam que existiam na pauta dos ocupantes reivindicações locais que se somavam à demanda nacional, como questões ligadas ao acesso e segurança nos Campi da universidade. Esses dados corroboram com os achados obtidos no levantamento de Oliveira e Feitosa (2023).

Analisando o início das ocupações, dentro da Universidade Federal do Ceará, o debate sobre as ocupações teve início após a realização de uma assembleia geral, no início de 2016, com a presença de diversos estudantes da instituição. Porém, a iniciativa de ocupar os prédios e departamentos foi individual para a decisão do alunado de cada curso, tendo os seus estudantes à frente da tomada de decisões e os Centros/Diretórios Acadêmicos como apoio. No âmbito do início das ocupações no estado do Ceará e, principalmente, no Departamento de Biologia da Universidade Federal do Ceará, respectivamente, os Estudantes 02 e 03 relatam:

“[...] Os estudantes secundaristas, antes mesmo de 2016, já ocupavam suas escolas, e aí nós tivemos uma ampla onda de ocupações estudantis em 2015 em São Paulo, em Goiás, mas também em 2016 no Ceará. Acho que essa informação importante ser dita, porque ela começa no Bom Jardim surge de uma experiência periférica, é para depois ocorrer na cidade de Juazeiro do Norte, também dentro de um arco periférico, porque nós estamos falando de sertão do Ceará, é para então tomar

grandes proporções [...]. Aliado a isso ocorreu ainda no Paraná uma série massiva de ocupações, foram mais de mil escolas ocupadas no Paraná, para que então os estudantes da Universidade Estadual de Londrina, Universidade Estadual de Ponta Grossa iniciassem também ocupações de suas escolas, questionando o governo do estado. Eram tantas ocupações secundaristas no Ceará, quanto as do Paraná elas estavam nesse debate muito localizado na Esfera Estadual. Contudo, aquele também era o contexto em que se abre um debate público no campo do orçamento público. A parte da Proposta de Emenda Constitucional, a época 255, depois de aprovada tornou-se a emenda constitucional 95, que estabelecia o teto do gasto, é como o reflexo do orçamento a ser empregado ao ano anterior e no governo que se fazia cortes investia-se menos esse valor, menor era o projetado para ser investido no ano seguinte. Isso se estabelece e aprofunda as marcas da educação pública que nós podemos ter hoje cinco anos depois da, de que essa medida se tornou real e pulsante na como parte da sociedade brasileira [...]. Eu não tenho dúvidas de que a universidade que se tinha naquele período é diferente do ponto de vista acesso aos direitos, às práticas sociais do que temos hoje, é e isso condiciona, diz fim das contas de um projeto de país que se faz no hoje e se projeta o futuro legando perspectivas inclusive de manutenção de um passado, então o passado de uma elite do atraso [...]. E os estudantes passaram a ocupar os espaços resignificando o lugar que a universidade praticava até então, nisso foram mais foram 216 instituições ocupadas, campus ocupados no país inteiro. No Ceará é um processo que se instaura a partir do Sertão do Cariri, a primeira instituição ocupada é a Universidade Regional do Cariri, que os estudantes ocuparam a Reitoria, que é uma universidade estadual muito parecido nesse sentido com o como que aconteceu no Paraná, pra então ocuparem o Instituto Federal do Ceará na cidade de Iguatu, que a cidade que eu moro. Então iniciar as discussões sobre ocupação na UFC que teve uma dinâmica muito particular pra depois ocuparem o Instituto Federal no Crato, o Instituto Federal em Fortaleza, a Unilab e a Universidade Federal do Cariri. No Ceará, nós tivemos cinco instituições ocupadas, todas elas com dinâmicas muito particulares, muito únicas, mas que uma acaba influenciando a outra em que a existência e legitimidade.” (Estudante 02).

“O Departamento de Biologia dentro das representações estudantis sempre partiram de preceitos muito democráticos. [...] E, a gente resolveu convocar a assembleia para conversar sobre isso. Então, seguimos os trâmites legais, por assim dizer. Então, a gente ‘Olha, tem essas duas propostas aqui, tem a PEC da morte que afeta a Universidade dessa forma, tem a Reforma do Ensino Médio que afeta as pessoas dessa outra forma, e tem as ocupações acontecendo de maneira sistemática Brasil afora. A gente vai cair dentro dessa luta também? Vamos pôr a

cara a tapa?’. Então, de maneira democrática, o pessoal também disse ‘Vamos também’. Aí, a partir daquele momento a Universidade estava ocupada, o Departamento de Biologia estava ocupado, e o Diretório Acadêmico comunicou o Departamento de maneira oficial, falando ‘Por exigências dos estudantes, o Departamento está ocupado e aqui está o funcionamento oficial’. [...] Então, coube aos estudantes se auto gerirem, e o Diretório ficou dando apoio mais como uma forma de representação legal. Foi eleita uma comissão para coordenar a ocupação, e os representantes do Diretório Acadêmico estavam sempre lá, acompanhando e vendo o que podiam fazer.” (Estudante 03).

A fala dos estudantes 02 e 03 demonstram as iniciativas do alunado para o começo das ocupações perante a conjectura política da época, e reacende uma esperança para os movimentos sociais e, principalmente, para o movimento estudantil, indo ao encontro do relatado por Silva, Pires e Pereira (2016). A luta pela permanência da educação pública e de qualidade dos ocupantes tornou-se um exemplo de resistência às medidas neoliberais contra as políticas públicas.

Auto-organização do movimento

Outro tema recorrente nas narrativas aqui analisadas foi ligado à organização do movimento de ocupação. O estabelecimento das ocupações, seja nas escolas ou nas universidades, fez os estudantes se perceberem como parte integrante do espaço educacional. Esse reconhecimento traz a autogestão dos estudantes, de forma horizontal e sem lideranças, como resistência ao modelo tradicional de organização e gestão escolar (PEÇANHA; ALMEIDA, 2018). Segundo Groppo *et al.* (2017), a organização dos estudantes em comissões permitiu uma democratização radical do espaço de ensino e aprendizagem.

Nesse âmbito, as narrativas aqui investigadas também evidenciam tal conotação, indo ao encontro do que indica a literatura do assunto, uma vez que, segundo os relatos narrativos, as comissões realizadas na ocupação em questão, tinham como modo de organização. Como exemplificação deste aspecto, o Estudante 01 afirmou:

"A gente dividiu muito os interesses das pessoas de o que cada pessoa se sente confortável fazendo. Localmente a gente tinha as tarefas que em algum momento todos iriam ter que fazer, não era uma comissão específica, como lavar os banheiros, por exemplo. Então, tinham tarefas de limpar os ambientes, café da manhã e afins, eram cíclicas. [...] E tinham aquelas comissões que eram fixas como as de programação, comunicação e de finanças. Por exemplo, a galera da comunicação, somente eles responderam caso a imprensa viesse. E a galera da programação era responsável por montar o calendário de programação, entrar em contato com os convidados, entrar em contato com as finanças para falar das

demandas. [...] E a gente tinha pessoas que faziam parte do comando de greve, que era para todas as ocupações de toda a UFC, então cada ocupação mandava uma ou duas pessoas para esse comando e elas eram quem iam para essas reuniões mais gerais. [...]" (Estudante 01).

Essa forma de organização, indicada pelo Estudante 01, também foi vista em outros estudos, como o de Morais (2018), descrevendo o dia a dia das ocupações paraenses. A ausência de lideranças, a realização de comissões e das assembleias gerais como as principais características do tom autônomo presente no movimento. No caso aqui analisado, a manutenção das comissões e da autogestão estudantil somente eram possíveis através do diálogo e de reuniões semanais, chamadas assembleias gerais, feitas entre os ocupantes de uma mesma instituição, como evidencia a narrativa a seguir.

"[...] E todo dia, literalmente todo final de dia, umas 17h, tinha a assembleia com todo mundo, com os estudantes que estivessem lá, o pessoal das comissões era convidado a participar. E eram feitos repasses do que ia acontecer na semana, no dia seguinte, etc. Alguns professores traziam propostas de formação [...]. Então, essas coisas eram debatidas dentro das comissões e em assembleia com todo mundo." (Estudante 03).

Além da autogestão para com a organização e manutenção do movimento, a suspensão do funcionamento "padrão" das instituições abriu para os estudantes possibilidades de realização de atividades socioculturais (HONORATO, 2019), sendo essa, uma das características marcantes do movimento. Oficinas de criação artísticas, aulas públicas, rodas de conversa, sarau de poesia são apenas alguns exemplos citados pelos estudantes participantes.

"A gente tinha desde aulas públicas explicando a PEC detalhadamente como ela afetaria cada setor que estava se colocando para debater. Tivemos aula pública sobre a situação e crise ecológica ambiental, a crise climática no estado do Ceará e no país como um todo, pensando para além do debate puro acadêmico mas também o debate social [...] A gente teve oficinas desde Tie Dye, de arte de rua para vender, arte de praia, [...] tivemos oficinas de circo, de yoga [...] Tinha oficina, espaço cultural, aula pública, debates, a gente fez em alguns momentos um espaço de integração com jogos, integração com outras ocupações." (Estudante 01).

"Na verdade, eu lembro de oficinas de biodança na psicologia, eu lembro de que oficinas de Teatro do Oprimido no Campus do Benfica, de eu lembro que o curso de letras fez uma mostra de cinema durante as ocupações, existia uma possibilidade criativa gigantesca, [...] inclusive os nossos professores participavam dessas programações, então isso nos fala que um processo outro de planejamento pedagógico partilhado entre professor e aluno" (Estudante 02).

A tomada de liderança, a suspensão de atividades e calendários das instituições e a convivência coletiva marcam uma das principais características do movimento de ocupações: a auto-gestão estudantil. Os relatos dessa sessão ressaltam os mecanismos de organização do alunado, com o formato de liderança horizontal, e criação de diferentes atividades pedagógicas ressignificando o espaço acadêmico, os estudantes se permitiram visualizar a realidade de uma educação em crise e criar uma nova instituição com base na circulação de saberes (PEÇANHA; ALMEIDA, 2018).

Contribuições formativas para seus ocupantes

Outro tema recorrente categorizado através da hermenêutica objetiva, foram as contribuições formativas que o movimento desempenhou para seus partícipes. Um deles indicou: *“O que eu tiro de aprendizado ã que o estudante pode tudo.”* (Estudante 04). Para esses estudantes, como visto nos excertos abaixo, durante o período de ocupação, a formação social e política ultrapassou a formação acadêmica, seja no convívio diário com a diversidade de pensamentos e o estabelecimento de linhas de diálogo, como no entendimento e na afirmação dos direitos estudantis. Apesar do aprendizado individual, as lições ali aprendidas são compartilhadas entre eles mesmo após o fim do movimento.

“[...] acho que aprendi muito em termos de que rolou muito da questão da convivência, porque uma coisa é a gente passar o dia lá porque é integral, mas a gente não mora com as pessoas e na ocupação a gente estava vivendo e morando com os outros. A questão de conseguir dialogar com muitos pensamentos diferentes para um bem em comum [...]. Acho que não dá para dizer tudo que aprendemos na ocupação porque não tem como mensurar em palavras, mas dá para mostrar através do que a gente vive e como atuamos depois enquanto estudante [...]” (Estudante 01).

“Eu acho que a grande lição é de que tudo tá em disputa e que nós precisamos usar das nossas melhores armas, [...]. Eu acho que é isso, aquela experiência me mostrou isso de modo muito potente, e que nós somos Davi lutando contra Goliás e a gente só tem uma pedra para atirar contra um gigante que nos esmaga muitas vezes. É, eu gosto dessa metáfora porque se a gente só tem uma pedra, demanda ser muito certo o arremesso, porque você só pode arremessar uma vez e a sua vida, a vida das pessoas que tá com você tá em risco, você não pode errar o tiro [...]” (Estudante 02).

“[...] nós devemos sempre entender as lutas coletivas e que as ações individuais não devem ser ignoradas ou menosprezadas. Mas, as lutas coletivas devem ser construídas, e não dá pra construir nada de forma coletiva vindo de cima para

baixo, isso não existe [...]. É aquela coisa: ninguém conscientiza ninguém, a gente sensibiliza a pessoa e ela pode ou não apoiar. [...] lutas coletivas são construídas em coletivo, mesmo que tenham as representações, mas em alguns pontos, o coletivo deve ser consultado. [...] Estabelecer linhas de diálogo é um ponto fundamental em toda e qualquer ação.” (Estudante 03)

“[...] foi um momento de descobrimento, sinceramente, eu conversei com muita gente, descobrir talentos que tinha, mudei para o jornalismo porque fiquei apaixonada por comunicação. Então, eu fiquei admirada com o potencial do movimento estudantil, nunca tinha participado tão ativamente antes, tanto é que depois eu fui para o Diretório Acadêmico. A lição para mim é esse, que a gente tem poder, a gente deve ligar mais [...], algumas dessas pautas internas, e a gente conseguiu. A questão do RU [restaurante universitário] foi uma delas, a questão dos ônibus internos também [...]. E o movimento estudantil mostrou isso, não só para os professores, mas também para os alunos, que eles podem ir atrás do que estiverem precisando, que também tem outras pessoas. Isso é muito fundamental [...].” (Estudante 04).

Assim, os narradores atribuem à ocupação aqui investigadas contribuições diversas, como aprendizados cognitivos e atitudinais, sobre convivência, coletividade e atuação sociopolítica. Tais dados empíricos se somam aos achados por Aragão *et al.* (2019), relatando o olhar adquirido pelos ocupantes universitários durante o período de ocupação, promovendo uma nova forma de engajamento entre os jovens ocupantes e uma outra reconfiguração das instituições de que já participavam.

A aprovação da PEC 241 em novembro de 2016 pelo Senado Federal poderia ter significado o fim de meses de luta, porém, os desdobramentos do Movimento de Ocupações repercutem até hoje na história daqueles que vivenciaram esse período. “*O movimento não foi em vão*”, nas palavras do Estudante 04, afirmando o protagonismo estudantil ainda vivo nas instituições de educação pública.

Neste sentido, as ocupações expunham a decadência do modelo burocrático da educação vigente, e as demandas sociais, políticas e culturais da juventude. Os relatos narrativos dos Estudantes 01, 03 e 04, a seguir, expõem seus pontos de vista sobre a relevância das ocupações para sua formação:

“[...] acho que as ocupações elas mostraram que, depois que elas aconteceram, as pessoas pararam de pensar que as nossas conquistas às vezes são individuais, porque mesmo com tanta mobilização, uma mobilização que não estava isolada que eram uma grande teia nacional articulada pelas entidades estudantis desde nossos DA’s DCE’s e a UNE. Aprendemos sobre coletividade, foi essencial

entender que a saída não é individual, as nossas lutas não podem ser individuais, cada um vai cumprir um papel singular na luta, mas ela é coletiva e só conquistamos nossos direitos com coletividade. E hoje, nesse período, aprendi sobre história do movimento estudantil da UFC e da biologia [...]. Sim, os estudantes precisam se colocar como centrais na construção da política da universidade na construção dos sentidos da universidade, do ensino, da pesquisa e da extensão e da sua formação de modo geral e quando chegarmos em determinados locais e disserem que não podemos[...] não vai baixar a cabeça, a gente chega com o pé na porta e dizer que a gente fala sim! Que os sujeitos da universidade somos nós! Embora a universidade não tenha sido pensada para muitos de nós pobres, mulheres, LGBT's, pretos e preta, indígenas, quilombolas, como ela realmente não foi, mas ocupamos esse espaço e não vamos arredar o pé, a gente vai continuar modificando essa universidade, fazendo com que tenha cada vez mais a nossa cara, cada vez mais a cara do Brasil [...].” (Estudante 01).

“Lembrei até da frase Darcy Ribeiro: *‘A crise na educação brasileira não é uma crise, é um projeto de lei’*. Então, a dificuldade das coisas para as pessoas dentro da faculdade, vai impactar um grupo bem específico de pessoas. Quando você tem 50% dos alunos como cotistas e não dá uma alimentação adequada, não tem condições desses alunos passarem o dia inteiro na faculdade.” (Estudante 03)

“[...] se não forem os estudantes, não vai ter para onde correr. A universidade é mais do que só assistir aula, e eu tô sentindo muito que os estudantes não estão vivendo no campus, não estão parando para discutir coisas importantes. [...] A gente tem que voltar a ter esse protagonismo, tem que ocupar os campus, estou sentindo a UFC ainda muito vazia, talvez ainda seja por conta da pandemia, mas tem que voltar a ocupar. [...]” (Estudante 04).

A mobilização coletiva estudantil e a insistência no movimento mostraram que é preciso ir além das organizações tradicionais para vencer os modelos e as medidas autoritárias (CORTI; CORROCHANO E SILVA, 2017). A ocupação dos espaços estudantis na universidade deve ter o estudante como protagonista, tornando o próprio local físico e a comunidade acadêmica um exemplar da população brasileira, como relatado anteriormente pelo Estudante 01. Corti, Corrochano e Silva (2017, p. 1171) afirmam a incerteza para com os desdobramentos que o movimento de ocupações teve, porém, ressaltam: "A ousadia e a coragem dos jovens alargaram o horizonte do possível, mostrando que a escola, como a própria vida, pode sempre ser reinventada". Assim, as narrativas aqui analisadas indicam que o grupo informante destacou que a ocupação foi um momento ímpar para o movimento estudantil, bem como trouxe contribuições para a formação de seus partícipes.

Considerações Finais

Com base no que foi analisado nesta presente investigação, que tomou como base as narrativas orais de ocupantes de um departamento de uma universidade pública nordestina, consideramos que as contribuições dos estudantes participantes do Movimento de Ocupações foram associadas com a vivência de cada um durante o período.

Os dados indicam que, apesar de serem construídas em um mesmo contexto, há uma visão singular e uma experiência única de cada estudante, que se somam a uma proposta de luta coletiva. De maneira geral, os relatos aqui explicitados afirmam o impacto que o movimento obteve sobre a comunidade acadêmica, as instituições ocupadas, os governantes vigentes e, principalmente, na inter-relação entre o individual estudantil e o coletivo do movimento dessas juventudes, agora, reconhecendo-se como sujeitos ativamente políticos.

Segundo os relatos dos narradores, as contribuições das atividades realizadas na ocupação foram relevantes para sua formação pessoal e profissional, uma vez que indicaram novos caminhos para a luta coletiva e uma compreensão do papel individual de cada um diante de demandas nacionais. Outrossim, a auto organização do alunado colaborou para o desenvolvimento de uma sensação de pertencimento a um grupo e a sua causa, cujo *modus operandi* de atuação em comissões e assembleias, parece ter impactado os ocupantes, pois permitiu entender que esses espaços públicos podem ser geridos com a colaboração do alunado.

Mesmo após oito anos do fim do movimento, as repercussões ainda não são totalmente visualizadas, principalmente no âmbito da individualidade presente em cada ocupação e em cada participante. Isso pois, destaca-se que em cada local ocupado, os estudantes se auto organizam de modo particular e diferenciado, sendo relevante desenvolver novas pesquisas que tragam à luz essas singularidades.

Agora, mais do que nunca, deve-se buscar olhar para os estudantes participantes como indivíduos únicos, buscando compreender além dos "porquês", dos desdobramentos e da culminância do movimento. Em suma, torna-se necessário saber quem são as faces individuais daqueles que participaram e como continuam a lutar pela construção da coletividade estudantil. Assim, acreditamos que é relevante o desenvolvimento de novas pesquisas sobre o tema, buscando, sobretudo, uma análise dos desdobramentos das ações dos participantes sob o ponto de vista individual e das coletividades da juventude militante.

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2024.79754

Referências

ARAGÃO, D. A. S.; MENDONÇA, ÉRIKA DE S.; GOMINHO, K. C.; DE SANTANA, N. R. R. R. Participação política juvenil: produção de sentidos no contexto de ocupações de universidades públicas. *Barbaryi*, v. 1, n. 53, p. 26-48, 21 out. 2019. doi: 10.17058/barbaroi.v1i53.12878.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 95, de 15 de dezembro de 2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória nº 746, de 2016. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

CORTI, A. P. de O.; CORROCHANO, M. C.; SILVA, J. A da. “Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas. *Educação & Sociedade*, v. 37, n. 137, p. 1159-1176, out-dez. 2016. doi: [10.1590/ES0101-73302016167337](https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016167337).

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. doi: 10.1590/S0034-75901995000200008

GROPPO, L. A.; TREVISAN, J. R. F.; BORGES, L. F.; BENETTI, A. M. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. *ETD - Educação Temática Digital*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 141-164, 2017. doi: 10.20396/etd.v19i1.8647616.

HONORATO, C. Arte E Pedagogia Das Ocupações: Emergências Da Juventude Auto-organizada. *Revista Educação, Artes E Inclusão*, v. 15, n. 4, p. 8-35, 2019. doi: [0.5965/1984317815042019008](https://doi.org/10.5965/1984317815042019008).

LIMA, M. E. C. de C.; GERALDI, C. M. G.; GERALDI, J. W. O trabalho com narrativas má investigação em educação. *Educação em Revista*. 2015, v. 31, n. 1, p. 17-44, 2015. doi: 10.1590/0102-4698130280.

MAYRING, Ph. *Einführung in die qualitative Sozialforschung: Eine Anleitung zu qualitativem Denken* [Introdução à pesquisa social qualitativa: uma orientação ao pensamento qualitativo] (tradução de Hartmut Günther). Weinheim: Beltz, 2002.

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2024.79754

MORAIS, S. P. "Autonomia e experiências sociais: ocupações de escolas públicas na cidade de Uberlândia/MG (2016)." *Projeto Histyria* v. 63, p. 175-204, 2018. doi: 10.23925/2176-2767.2018v63p175-204.

OLIVEIRA, F. de L.; FEITOSA, R. A. Primavera Estudantil e o Movimento de Ocupações (2015-2016): uma Revisão Narrativa da Literatura. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas, [S. l.]*, v. 23, n. 5, p. 901-909, 2023. doi: 10.17921/2447-8733.2022v23n5p919-927.

PAIVA, V. L. M. de O. e. A pesquisa narrativa: uma introdução. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada* [online]. 2008, v. 8, n. 2, p. 261-266, 2008. Disponível em: 10.1590/S1984-63982008000200001.

PEÇANHA, V. L.; ALMEIDA, M.. Fazendo Pedagogia da Autonomia com a Ocupa IEPIC. *Revista Perspectiva Sociologica*, n. 21, 1º sem., p.69-80, 2018. doi: 10.33025/rps.v1i21.1744.

PIOLLI, E.; PEREIRA, L.; MESKO, A. de S. R. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. *Critica Educativa, [S. l.]*, v. 2, n. 1, p. 21-35, 2016. doi: [10.22476/revcted.v2i1.71](https://doi.org/10.22476/revcted.v2i1.71).

PINHEIRO, D. Escolas ocupadas no Rio de Janeiro em 2016: motivações e cotidiano. *Revista Iluminuras*, v. 18, n. 44, p. 265-283, 2017. doi: [10.22456/1984-1191.75746](https://doi.org/10.22456/1984-1191.75746).

REIS, M.; SARAIVA, L. H. G. Análises hermenêuticas nas pesquisas com crianças de duas escolas de educação infantil de Belo Horizonte. *Arquivo Brasileiro de Educação*, v. 6, n. 15, p. 46-75, 9 dez. 2019. doi: 10.5752/P.2318-7344.2018v7n15p46-75

SILVA, G. R. F.; MACÊDO, K. N. F.; REBOUÇAS, C. B. A.; SOUZA, A. M. A. Entrevista como técnica de pesquisa qualitativa. *Online braz j nurs* [internet]. 2006 Jan [cited month day year];v. 5, n. 2, p.246-257, 2006

DOI: 10.12957/e-mosaicos.2024.79754

VIEIRA, K. A. L. Hermenêutica na educação: um método para a compreensão da realidade educacional. *Educação em Foco*, [S. l.], v. 22, n. 37, p. 8-26, 2019. doi: NNARRA7910.24934/eef.v22i37.2734.

Recebido em 24 de outubro de 2023

Aceito em 04 de setembro de 2024



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (Cap-UERJ) está disponibilizada sob uma Licença *Creative Commons - Atribuição - NãoComercial 4.0 Internacional*.

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento *Creative Commons* adotado pela revista.